

Eixo 3 – Competitividade das Empresas Regionais

(Projetos Privados)

Norma de Pagamentos COMPETIR +

Despesas de Investimento

1. Âmbito

A presente Norma é aplicável aos vários Subsistemas do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir+), os quais se incluem nas Prioridades de Investimento 3.1, 3.3 e 3.4 do Programa Operacional dos Açores para a Convergência PO Açores 2020, no caso dos projetos privados, apresentados por empresas.

A apresentação dos pedidos de pagamento, nos moldes definidos no presente documento, apenas pode ocorrer após a assinatura do Termo de Aceitação.

A apresentação de pedidos de pagamento é realizada exclusivamente por via eletrónica no Balcão 2020.

2. Natureza do incentivo

Os incentivos a conceder revestem a forma de incentivo não reembolsável ou mista: incentivo não reembolsável e reembolsável sem juros.

O prazo de financiamento do incentivo reembolsável é de 10 anos, dos quais os 3 primeiros são de carência de capital, no caso do Desenvolvimento Local, e 4 no caso do Fomento da Base económica de Exportação, contados a partir da data do primeiro pagamento do incentivo, à exceção dos projetos com despesas elegíveis superiores a 2.000.000,00 €, cujo prazo de financiamento é de 12 anos, dos quais os 4 primeiros são de carência de capital.

O incentivo reembolsável será disponibilizado por Instituição de Crédito protocolada ou pela Região, consoante opção do promotor.

As Instituições protocoladas constam do Anexo I.

No caso de ser disponibilizado pela Região o promotor obriga-se a prestar Garantia Bancária, conforme minuta constante do Anexo II à presente Norma.

3. Modalidades de Pagamento de Incentivo

O pagamento do incentivo atribuído aos projetos aprovados é processado de acordo com as seguintes modalidades:

- **Modalidade A – Reembolso**
- **Modalidade B – Saldo Final**

No caso dos microprojectos (DL3) deve ser apresentado um único pedido de pagamento (Modalidade B – Saldo Final).

3.1.1. Modalidade A – Reembolso

Pagamento contra apresentação de despesa, durante a execução do investimento, podendo assumir as seguintes formas:

1. Pagamento a título de adiantamento contra faturas (PTAF)
2. Pagamento contra a apresentação de despesa validada (PDV)

Poderão ser processados até cinco (5) pedidos de reembolso, sendo que cada um deles deverá contemplar no mínimo 10% do investimento elegível aprovado, não podendo a soma dos pagamentos por reembolso (intercalares) ultrapassar 85% do incentivo concedido

3.1.1.1. Pagamento a título de adiantamento contra Faturas (PTAF)

Condições para processamento dos pagamentos a título de adiantamento contra Faturas (PTAF-A)

A opção por esta tipologia de pedido pressupõe a existência da realização de despesa (fatura)¹, ainda não liquidada.

Os PTAF são formalizados via eletrónica através do Balcão 2020, contemplando:

- 1) Formulário próprio no qual serão indicadas as faturas que titulam o investimento elegível.

¹ De acordo com o código do IVA pressupõe a efetiva realização do investimento/entrega do bem/prestação do serviço

- 2) Digitalização das faturas ou documento equivalente (quando o descritivo remeter para auto de medição, orçamento ou contrato, incluir cópia dos mesmos).
- 3) Autorização para verificação da situação regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.
- 4) Quando aplicável: Alvará de construção; documento único automóvel; livrete de embarcação; outros.
- 5) Quando aplicável: exemplares de material promocional em formato digital ou papel, endereços de página Web, outros, devendo cumprir com o definido no ponto 2.2 do Anexo XII do Regulamento (UE) nº 1303/2013, de 17 de dezembro.
- 6) Comprovativo da publicitação do apoio (fotografia do local onde se encontra afixado o cartaz de publicitação ou o painel, nos termos definidos no ponto 2.2 do Anexo XII do Regulamento (UE) nº 1303/2013, de 17 de dezembro).
- 7) Quando aplicável: Documentos comprovativos do cumprimento de eventuais condicionantes.
- 8) Garantia Bancária constante do Anexo II da presente Norma, nos casos em que o incentivo reembolsável é disponibilizado pela Região.

Comprovação dos Pagamentos a Título de Adiantamento contra Faturas (PTAF-C)

No prazo máximo de 15 dias úteis após a transferência para a conta do promotor do montante relativo ao PTAF-A, deve o mesmo comprovar o pagamento das faturas entregues para efeito de antecipação do incentivo, apresentando por via eletrónica através do Balcão 2020:

- 1) Formulário devidamente preenchido, designadamente no que respeita aos campos respeitantes à quitação, pagamento e contabilização, correspondente às faturas objeto da antecipação, bem como a certificação por um Contabilista Certificado/Revisor Oficial de contas (CC/ROC)².
- 2) Digitalização dos comprovantes das despesas de investimento realizadas e apresentadas a pagamento, identificados com um nº sequencial com correspondência ao Mapa de movimentos. Cada comprovante é composto pelo seguinte conjunto de elementos:
 - a. Fatura(s);
 - b. Nota(s) de débito/crédito/devolução;
 - c. Cheques; Talões de pagamento com cartões de débito/crédito; Transferência(s) bancárias;
 - d. Extrato(s) bancário(s) que evidencie(m) o pagamento da(s) citada(s) fatura(s);

² CC se investimento elegível aprovado <€ 500.000,00 / ROC se investimento elegível aprovado ≥ € 500.000,00

- 3) Extratos de conta refletindo a contabilização das despesas de investimento, com identificação dos movimentos associados às despesas apresentadas, designadamente através da identificação do nº de comprovante.
- 4) Extratos de conta de fornecedores de investimento, com identificação dos movimentos associados às despesas apresentadas, designadamente através da identificação do nº de comprovante.
- 5) Quando aplicável: Extratos contabilísticos relativos ao registo do incentivo concedido e pago.
- 6) Documentos comprovativos do cumprimento de eventuais condicionantes, quando aplicável.

O não cumprimento no que respeita à obrigação de apresentação dos comprovativos de pagamento no prazo de 15 dias úteis após a transferência para a conta do promotor do montante relativo ao PTAF:

- a. Inibe o promotor de recorrer novamente à modalidade de antecipação
- b. Inibe o promotor de receber qualquer incentivo, a qualquer título, no âmbito do respetivo projeto ou de outros da responsabilidade da mesma entidade beneficiária, enquanto não regularizar a situação

Comprovando-se que os documentos de despesa comparticipados no pedido de antecipação se encontravam liquidados na data de apresentação do mesmo, o promotor fica inibido de recorrer novamente a este mecanismo.

Constatando-se a não apresentação dos comprovativos de pagamento dos documentos de despesa, os montantes indevidamente recebidos constituem dívida da entidade que deles beneficiou.

3.1.1.2. Pagamento contra a apresentação de despesa validada (PDV)

A opção por esta tipologia de pedido pressupõe a realização e pagamento dos investimentos apresentados a comparticipação.

Condições para processamento dos pagamentos contra apresentação de despesa validada (PDV)

Os PDV são formalizados via eletrónica através do Balcão 2020, contemplando:

- 1) Formulário próprio onde se inclui Mapa de Despesas de Investimento e Declaração de Despesa de Investimento ratificada por um Contabilista Certificado/Revisor Oficial de contas (CC/ROC)³.
- 2) Digitalização dos comprovantes das despesas de investimento realizadas e apresentadas a pagamento, identificados com um nº sequencial com correspondência ao Mapa de movimentos. Cada comprovante é composto pelo seguinte conjunto de documentos:
 - a. Fatura(s);
 - b. Nota(s) de débito/crédito/devolução;
 - c. Cheques; Talões de pagamento com cartões de débito/crédito; Transferência(s) bancárias;
 - d. Extrato(s) bancário(s) que evidencie(m) o pagamento da(s) citada(s) fatura(s);
 - e. Quando o descritivo da fatura remeter para auto de medição, orçamento ou contrato, incluir cópia dos mesmos;
- 3) Extratos de conta refletindo a contabilização das despesas de investimento, com identificação dos movimentos associados às despesas apresentadas, designadamente através da identificação do nº de comprovante.
- 4) Extratos de conta de fornecedores de investimento, com identificação dos movimentos associados às despesas apresentadas, designadamente através da identificação do nº de comprovante.
- 5) Quando aplicável: Extratos contabilísticos relativos ao registo do incentivo concedido e pago.
- 6) Autorização para verificação da situação regularizada perante a Administração Fiscal e Segurança Social.
- 7) Quando aplicável: Alvará de Construção, Documento Único Automóvel, Livrete de embarcação.
- 8) Quando aplicável: exemplares de material promocional em formato digital ou papel, endereços de página Web, outros, devendo cumprir com o definido no ponto 2.2 do Anexo XII do Regulamento (UE) nº 1303/2013, de 17 de dezembro.
- 9) Comprovativo da publicitação do apoio (fotografia do local onde se encontra afixado o cartaz de publicitação ou o painel, nos termos definidos no ponto 2.2 do Anexo XII do Regulamento (UE) nº 1303/2013, de 17 de dezembro).
- 10) Quando aplicável: Documentos comprovativos do cumprimento de eventuais condicionantes.

³ CC se investimento elegível aprovado <€ 500.000,00 / ROC se investimento elegível aprovado ≥ € 500.000,00

- 11) Garantia Bancária constante do Anexo II da presente Norma, nos casos em que o incentivo reembolsável é disponibilizado pela Região.

3.1.2. Modalidade B – Saldo Final

Condições para processamento dos pedidos de saldo final (PSF)

O PSF deve ser apresentado no prazo máximo de 120 úteis após a conclusão da operação, entendendo-se como tal a data da última fatura imputável ao projeto.

O pagamento final do incentivo corresponde à diferença entre o incentivo final apurado e o somatório dos pagamentos intercalares efetuados. No caso de ser um pedido único corresponde ao incentivo final apurado.

Para efeito de formalização do pedido de saldo final os promotores deverão apresentar por via eletrónica através do Balcão 2020:

- 1) Formulário próprio onde se inclui Mapa de Despesas de Investimento, Declaração de Despesa de Investimento e Mapa de Financiamento do Projeto ratificada por Contabilista Certificado/Revisor Oficial de contas (CC/ROC)⁴.
- 2) Digitalização dos comprovantes das despesas de investimento realizadas e apresentadas a pagamento, identificados com um nº sequencial com correspondência ao Mapa de movimentos. Cada comprovante é composto pelo seguinte conjunto de documentos:
 - a. Fatura(s)
 - b. Nota(s) de débito/crédito/devolução;
 - c. Cheques; Talões de pagamento com cartões de débito/crédito; Transferência(s) bancárias;
 - d. Extrato(s) bancário(s) que evidencie(m) o pagamento da(s) citada(s) fatura(s);
 - e. Quando o descritivo da fatura remeter para auto de medição, orçamento ou contrato, incluir cópia dos mesmos;
- 3) Extratos de conta refletindo a contabilização das despesas de investimento, com identificação dos movimentos associados às despesas apresentadas, designadamente através da identificação do nº de comprovante.

⁴ CC se investimento elegível aprovado <€ 500.000,00 / ROC se investimento elegível aprovado ≥ € 500.000,00

- 4) Extratos de conta de fornecedores de investimento, com identificação dos movimentos associados às despesas apresentadas, designadamente através da identificação do nº de comprovante.
- 5) Quando aplicável: Extratos contabilísticos relativos ao registo do incentivo concedido e pago.
- 6) Autorização para verificação da situação regularizada perante a Administração Fiscal e Segurança Social.
- 7) Quando aplicável: Alvará de Construção, Documento Único Automóvel, Livrete de embarcação.
- 8) Quando aplicável: exemplares de material promocional em formato digital ou papel, endereços de página Web, outros, devendo cumprir com o definido no ponto 2.2 do Anexo XII do Regulamento (UE) nº 1303/2013, de 17 de dezembro.
- 9) Comprovativo da publicitação do apoio (fotografia do local onde se encontra afixado o cartaz de publicitação ou o painel, nos termos definidos no ponto 2.2 do Anexo XII do Regulamento (UE) nº 1303/2013, de 17 de dezembro).
- 10) Balancete Analítico do mês anterior ao início do investimento.
- 11) Balancete Analítico do mês de conclusão do investimento.
- 12) Folhas de remuneração do mês anterior ao início do investimento devidamente autenticadas pela Segurança Social;
- 13) Folhas de remuneração do mês de conclusão do investimento devidamente autenticadas pela Segurança Social.
- 14) Documentos relativos ao licenciamento do estabelecimento/atividade ou outros, designadamente em matéria de ambiente.
- 15) Documentos comprovativos das fontes de financiamento utilizadas.
- 16) Documentos comprovativos do cumprimento de eventuais condicionantes, quando aplicável.
- 17) Garantia Bancária constante do Anexo II da presente Norma, nos casos em que o incentivo reembolsável é disponibilizado pela Região.

4. Situações Específicas

4.1 Pagamento de majorações ao incentivo não reembolsável

As majorações aprovadas só serão pagas quando devidamente comprovadas, desejavelmente até ao momento de libertação do saldo final.

4.2 Pagamento do Incentivo relativo às Operações de Locação Financeira

Os bens adquiridos em regime de locação financeira podem ser considerados elegíveis para efeito de determinação do incentivo, no montante correspondente ao valor do capital incorporado nas rendas que se vencerem até dois anos após a data da última fatura paga imputável ao projeto (não incluindo o valor de impostos, juros, despesas administrativas, etc.) e desde que o contrato de locação preveja a opção de compra.

Assim, na fase de encerramento do investimento, aquando do pagamento final do incentivo, será pago o montante de incentivo correspondente ao capital incorporado nas rendas vincendas mediante a apresentação, pelo promotor, de garantia bancária de igual valor e de acordo com as condições estabelecidas na minuta de garantia apresentada no Anexo III.

No final de cada um dos dois anos seguintes ao encerramento do investimento, o promotor deverá provar formalmente o pagamento das rendas referentes a esse ano, podendo a garantia respetiva ser reduzida à medida da certificação das rendas efetivamente pagas.

O encerramento do projeto ocorrerá após a verificação do pagamento das rendas consideradas elegíveis, libertando-se a respetiva garantia bancária.

4.3 Pagamento do Incentivo relativo a faturas de adiantamento

4.3.1 Adiantamentos ao empreiteiro ou adiantamento por conta de obras

Caso sejam submetidas a comparticipação faturas de adiantamento por conta do fornecimento e/ou montagem de materiais e equipamentos afetos à construção civil previstos no plano de trabalhos, esse valor apenas será elegível mediante as seguintes condições:

- ✓ Se essas faturas forem incluídas na modalidade de pedido de pagamento prevista no ponto 3.1.1.2. desta norma, ou seja, pagamento contra a apresentação de despesa validada (PDV);
- ✓ Mediante a apresentação de contrato de empreitada que estipule as condições comerciais acordadas entre dono de obra e empreiteiro e, onde esteja evidenciado o adiantamento, bem como, que determine de forma clara e objetiva os termos da sua regularização. Considera-se admissível que a regularização do adiantamento ocorra nos autos de medição imediatos, pelo seu valor global ou em idêntica proporcionalidade;
- ✓ Caso o adiantamento ultrapasse 30% do valor do contratado, é obrigatória a apresentação de garantia bancária de valor correspondente à componente de INR + IR a libertar e nos termos de minuta constante do Anexo IV.

Não serão aceites adiantamentos que ultrapassem 50% do valor da obra.

4.3.2 Adiantamentos relativos ao fornecimento de equipamentos

Caso sejam submetidas a comparticipação faturas de adiantamento por conta do fornecimento de equipamentos previstos no projeto, esse valor apenas será elegível mediante as seguintes condições:

- ✓ Se essas faturas forem incluídas na modalidade de pedido de pagamento prevista no ponto 3.1.1.2. desta norma, ou seja, pagamento contra a apresentação de despesa validada (PDV);
- ✓ Mediante a apresentação de proposta de fornecimento, contrato ou outro documento probatório equivalente que estipule as condições comerciais acordadas e, onde esteja evidenciado o adiantamento, bem como, que determine de forma clara e objetiva os termos da sua regularização.

Não serão aceites adiantamentos que ultrapassem 50% do valor do equipamento, nem um quantitativo global superior a 20% do investimento elegível aprovado.

5. Notas Finais

Os pedidos de pagamento deverão ser formalizados nos moldes expostos, consoante a modalidade escolhida. Nos casos em que se verificar que o pedido não está corretamente instruído, por falta de documentos e/ou organização, a DREC, enquanto o Organismo Intermédio (OI) responsável pela sua análise, procederá à devolução do mesmo, para que o promotor proceda à correta instrução.

De uma forma geral os procedimentos de verificação envolvem a aplicação de um conjunto diversificado de conceitos, princípios e regras, baseados em preceitos legais de origem comunitária e nacional, com o propósito de, em cada candidatura apoiada, assegurar por um lado a eficiência e a eficácia na aplicação financeira dos recursos, e por outro, obter a garantia da fiabilidade da informação disponibilizada pelo promotor, atento o efetivo cumprimento da legislação aplicável e a adequada utilização das normas contabilísticas. A abrangência e o tipo de documentação de suporte a solicitar aos promotores poderá divergir consoante a complexidade do projeto, as suas características específicas e o nível de risco associado. Das verificações a cargo da DREC poderá resultar o condicionamento ou recusa das despesas que não sejam devidamente fundamentadas, justificadas à luz das características e dos objetivos que a operação visa prosseguir, que não cumpram com os requisitos legais, etc.

Todos os elementos indicados deverão integrar o dossier do projeto da empresa, preferencialmente em suporte digital. Este dossier é fundamental para a organização e celeridade de todo o processo, devendo ser mantido por um período de 3 anos, a contar da data de encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do PO Açores 2020, consoante a fase em que o encerramento da operação tenha sido incluído, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável ou na legislação específica em matéria de auxílios de Estado, se estas fixarem prazo superior e disponibilizado às entidades fiscalizadoras competentes sempre que solicitado.

O *dossier* inclui toda a documentação relativa à candidatura devendo ser sempre atualizado de acordo com o desenvolvimento do projeto, por forma a ser reunida toda a informação necessária à fundamentação e **execução** do projeto.

Instituições Financeiras protocoladas para efeito de contratualização da componente reembolsável do Incentivo

- Banco Santander Totta
- Banco Comercial Português
- Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
- Banco Internacional do Funchal (BANIF) (assumido pelo Santander Totta)
- Novo Banco dos Açores
- Banco BIC Português
- Banco BPI
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores
- Caixa Geral de Depósitos
- Caixa Económica Montepio Geral

Garantia Bancária – Incentivo Reembolsável (quando disponibilizado pelo Governo Regional)

Garantia nº

Termo de Aceitação nº

Em nome e a pedido de _____ (Empresa), adiante designado como Ordenador, com sede em _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o nº _____, NIPC _____, com o capital social de _____, vem o Banco _____, adiante designado como Garante, com sede em _____, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o nº _____, NIPC _____, e com o capital social de € _____, prestar garantia autónoma, à primeira solicitação no valor de € _____, a favor da Região Autónoma dos Açores, adiante designada como Beneficiário, para efeitos da concessão ao Ordenador de um de um incentivo financeiro, para a execução do projeto de investimento n.º _____, ao abrigo do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir+), subsistema de incentivos para o Desenvolvimento Local/Fomento da Base Económica da Exportação¹ e de acordo com o Termo de Aceitação nº _____, datado de _____, responsabilizando-se pelo pagamento ao Beneficiário, de qualquer importância que lhe seja solicitada, ao primeiro pedido escrito, no prazo de vinte (vinte) dias úteis, dentro dos limites fixados nesta, sem apreciar da justiça ou direito de reclamação, se o Ordenador não cumprir com qualquer uma das condições ou obrigações que resultem do referido Termo de Aceitação, bem como daquelas a que se refere o Aviso aplicável, ou de quaisquer compromissos assumidos em consequência do mesmo.

Esta garantia tem por limite a quantia de € _____, ____ (extenso) _____, correspondente ao montante do incentivo financeiro reembolsável resultante da aplicação da taxa de execução do investimento elegível apresentado a pagamento. (neste caso apresenta garantia bancária em cada pedido de pagamento)

OU (por opção do promotor)

Esta garantia tem por limite a quantia de € _____, ____ (extenso) _____, correspondente a 100% do montante do incentivo financeiro reembolsável concedido ao ordenador, nos termos do contrato de concessão de incentivos supra. (neste caso apresenta uma única GB, aquando da formalização do primeiro pedido de pagamento ou pagamento único)

A quantia garantida poderá ser reduzida após apuramento final do incentivo reembolsável em função da execução do projeto, sendo progressivamente reduzida à medida do reembolso das respetivas prestações, de acordo com o plano em vigor, e em função do prémio de realização a que haja lugar, em resultado da avaliação de desempenho do projeto [quando aplicável].

A presente garantia manter-se-á firme e válida, ainda que o contrato a que respeita se extinga por efeito de rescisão ou invalidade.

O incumprimento das obrigações do ordenador para com o garante não prejudica os direitos do beneficiário decorrentes desta garantia.

A presente garantia vigorará pelo prazo de 120² meses, correspondente ao prazo contratualmente estabelecido para a total liquidação do plano de reembolso do incentivo reembolsável, automaticamente prorrogável por um único período de 12 meses.

_____, ____ de _____, de 20____.

¹ Indicar o subsistema aplicável

² Projetos com despesas elegíveis superiores a 2.000.000,00 € o prazo deverá ser de 144 meses

O Garante

(reconhecimento notarial das assinaturas na qualidade e com poderes para o ato)

IMPOSTO DE SELO

Pagamento por meio de verba

Art.º.....Euro:/.....

Garantia Bancária – Locação Financeira

Garantia nº

Termo de Aceitação nº

Em nome e a pedido de _____ (Empresa), adiante designado como Ordenador, com sede em _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o nº _____, NIPC _____, com o capital social de _____, vem o Banco _____, adiante designado como Garante, com sede em _____, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o nº _____, titular do Cartão de identificação de Pessoa Coletiva nº _____, e com o capital social de _____, prestar garantia a favor da Região Autónoma dos Açores, adiante designada como beneficiário, no montante de _____ (numerário e extenso).

O valor desta garantia, corresponde, na data de emissão infra, ao montante de incentivo resultante do valor de capital incorporado nas rendas vincendas elegíveis do(s) contrato(s) de locação financeira nº(s) _____, celebrado entre o Ordenador e _____ (entidade locadora), as quais são parte integrante das despesas elegíveis do Termo de Aceitação nº _____, datado de _____, no âmbito do **Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir+), subsistema de incentivos para o**¹

O Garante responsabiliza-se, como principal pagador perante o Beneficiário, por lhe fazer a entrega, no prazo de 20 dias úteis, das importâncias garantidas que forem solicitadas, ao primeiro pedido escrito, sem apreciar da justiça ou direito de reclamação do Ordenador, se este não apresentar ao Beneficiário, dentro dos prazos acordados, a documentação comprovativa do pagamento efetivo das rendas supra, do(s) contrato(s) de locação financeira mencionado(s).

No caso de incumprimento, por parte do ordenador, das condições e obrigações assumidas no âmbito do referido Termo de Aceitação, bem como daquelas a que se refere o Aviso nº Açores-53-2015-02/Aviso nº Açores-54-2015-3 (indicar o aplicável), ou de quaisquer compromissos assumidos em consequência do mesmo, o garante responsabiliza-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega, de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, no prazo de 20 dias úteis após interpelação para o efeito, por simples notificação escrita, por parte da entidade beneficiária.

Esta garantia é válida pelo prazo de _____ meses (número de meses em falta para a liquidação da última renda do(s) contrato(s) de locação financeira) ou (24) ou (número de meses em falta para o encerramento do PO), após a data de emissão automaticamente renovável por mais seis meses, ainda que o(s) contrato(s) de locação financeira e/ou de concessão de incentivos a que respeita, se extinga(m) por efeito de rescisão ou invalidade.

O valor da presente garantia será anualmente reduzido, mediante a comprovação formal do Ordenador ao Beneficiário, da certificação das rendas efetivamente pagas.

Sem prejuízo do acima disposto, o Beneficiário libertará a presente garantia antes do prazo referido, caso lhe seja comprovado por parte do Ordenador, o pagamento efetivo e integral das rendas do(s) contrato(s) de locação financeira em causa.

O eventual incumprimento das obrigações do Ordenador para com o Garante, não prejudica os direitos do Beneficiário decorrentes desta garantia.

_____, ____ de _____, de 20__.

¹ Indicar o subsistema aplicável

O Garante

(reconhecimento notarial das assinaturas na qualidade e com poderes para o ato)

IMPOSTO DE SELO

Pagamento por meio de verba

Art.º.....Euro:/.....

Garantia Bancária – Adiantamento(s)

Garantia nº

Termo de Aceitação nº

Em nome e a pedido de _____ (Empresa), adiante designado como Ordenador, com sede em _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o nº _____, NIPC _____, com o capital social de _____, vem o Banco _____, adiante designado como Garante, com sede em _____, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o nº _____, NIPC _____, e com o capital social de € _____, prestar garantia autónoma, à primeira solicitação no valor de € _____, a favor da Região Autónoma dos Açores, adiante designada como Beneficiário, para efeitos da concessão ao Ordenador de um de um incentivo financeiro, para a execução do projeto de investimento n.º _____, ao abrigo do **Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir+), subsistema de incentivos para o Desenvolvimento Local/Fomento da Base Económica da Exportação¹** e de acordo com o Termo de Aceitação nº _____, datado de _____, responsabilizando-se pelo pagamento ao Beneficiário, de qualquer importância que lhe seja solicitada, ao primeiro pedido escrito, no prazo de vinte (vinte) dias úteis, dentro dos limites fixados nesta, sem apreciar da justiça ou direito de reclamação, se o Ordenador não cumprir com qualquer uma das condições ou obrigações que resultem do referido Termo de Aceitação, bem como daquelas a que se refere o Aviso aplicável, ou de quaisquer compromissos assumidos em consequência do mesmo.

Esta garantia tem por limite a quantia de € _____, ____ (extenso) _____, correspondente ao montante do incentivo financeiro não reembolsável e reembolsável que venha a ser disponibilizado no âmbito da apresentação a comparticipação de faturas de adiantamento.

A quantia garantida poderá ser progressivamente reduzida em função da regularização desse(s) adiantamento(s).

A presente garantia manter-se-á firme e válida, ainda que o contrato a que respeita se extinga por efeito de rescisão ou invalidade.

O incumprimento das obrigações do ordenador para com o garante não prejudica os direitos do beneficiário decorrentes desta garantia.

A presente garantia vigorará pelo prazo de _____² meses, automaticamente prorrogável por um único período de 6 meses.

_____, ____ de _____, de 20____.

O Garante

(reconhecimento notarial das assinaturas na qualidade e com poderes para o ato)

IMPOSTO DE SELO

Pagamento por meio de verba

Art.º.....Euro:/.....

¹ Indicar o subsistema aplicável

² Prazo a indicar pelo ordenante, em função da sua expectativa temporal de regularização do(s) adiantamento(s)